



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

Autógrafo de Lei nº 013, de 18 de Março de 2022

EMENTA: Autoriza o Executivo Municipal a Celebrar Parceria, por meio de Termo de Fomento, para Repasse de Recursos Financeiro para a Liga Municipal de Esporte de Porteiras - LESP - e dá outras providências.

Marcondes Gomes de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Porteiras estado do Ceará, faça saber que em sessão extraordinária do dia 18 de março de 2022, o plenário aprovou o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria, por meio de termo de fomento, de repasse de recursos financeiros para a Liga Municipal de Esporte de Porteiras - LESP -, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 09.324.073/0001-03, situada Rua Orismidio Francelino da Costa, s/n Centro, na cidade de Porteiras - Ceará.

Art. 2º - O valor dos recursos financeiros a serem repassados é de R\$ 153.909,00 (cento cinquenta e três mil, novecentos e nove reais) pagos durante o exercício de 2022 diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio ou termo de fomento a ser celebrado entre as partes.

Art. 3º - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para as seguintes atividades esportivas:

I - realização do Festival Esportivo em comemoração a emancipação política do município de Porteiras;

II - realização dos campeonatos municipais de futebol da 1ª e 2ª divisão e máster, categoria livre;

III - realização do primeiro desafio de bike no município de Porteiras;

IV - realização de campeonatos municipais de futsal masculino e feminino livre, e sub-13;

V - realizar o campeonato de basquete livre e juvenil;

VI - realizar o segundo MOVIMENTO PORTEIRAS e o primeiro ECOPEDAL;

VII - realizar o campeonato de futebol na zona rural (Ruralzão) masculino e feminino, categoria livre;

VIII - incentivo a Seleção Amadora de Futebol de Porteiras.

Art. 4º - É vedada a utilização dos recursos para:

Rua Princesa Isabel nº. 45 Centro - Porteiras - CE. CEP 63.270.000 - CNPJ: 12.484.994/0001-48
Fone fax: 3557-1237 - e-mail: camaraporteiras@hotmail.com

Recebido
21/03/2022



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

I - Salário a atleta ou de remuneração a entidade desportiva;

II - Financiamento de eventos que visem a obtenção de lucro.

Art. 5º - São obrigatórias a veiculação e a inserção do nome oficial da Prefeitura Municipal de Porteiras, juntamente com o Brasão do Município, em todas as atividades realizadas com os recursos oriundos da presente lei, assim como em seus produtos resultantes, inclusive no material de divulgação ou promoção.

Parágrafo Único - Todo material de divulgação confeccionado com recursos da presente lei (Uniformes, placas, banners) deverá ser aprovado previamente pela Prefeitura Municipal de Porteiras, através do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 6º - Para atender as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotações orçamentárias do exercício financeiro de 2022, vinculados às seguintes contas:

I - 0501 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
27 – Desporto e Lazer
812 – Desporto Comunitário
0620 – Esporte Coletivo
2.102 – Programa de Apoio ao Esporte Amador
3.3.50.43.00- Subvenções Sociais

§ 1º - As subvenções sociais e contribuições serão distribuídas mediante termo de fomento ou outro instrumento legal correspondente.

§ 2º - A concessão de subvenção social fica condicionada à existência de convênio entre a instituição e o Município de Porteiras, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no qual serão estabelecidas as obrigações e responsabilidades das partes, observado o Anexo I desta Lei.

Art. 7º - Os repasses financeiros constantes desta Lei serão pagos de acordo com a programação de desembolso estabelecido para as Unidades Orçamentárias, atendendo ainda ao que dispõe os arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º - O convênio tratado nesta norma será celebrado após o requerimento da entidade e/ou associação de classe, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Estatuto Social, devidamente registrado em Cartório;

II - Ata de Posse da Diretoria em exercício;

III - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

IV - Relação dos diretores, com endereço residencial completo, profissão e cargo que ocupam na entidade;

V - Comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal;

VI - Plano de Trabalho;

VII - Declaração do dirigente da entidade privada conveniente sem fins lucrativos, acerca da não ocupação por nenhum de seus diretores de cargos comissionados de direção, chefia e assessoria, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau na Administração Pública municipal.

Parágrafo único - O Plano de Trabalho deverá submetido à apreciação e aprovação pela respectiva Secretaria que irá firmar o termo e deve conter no mínimo:

I - Identificação do objeto a ser executado;

II - Metas a serem atingidas;

III - Etapas ou fases de execução;

IV - Plano de Aplicação dos recursos financeiros;

V - Cronograma de Desembolso;

VI - Previsão de Início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - Descrição pormenorizada do projeto, inclusive com justificativas da proposição.

Art. 9º - A entidade beneficiada pela subvenção social deverá prestar contas dos gastos realizados, até o dia 60 (sessenta) dias subsequente ao do recebimento de cada parcela.

Parágrafo único - Verificada a qualquer tempo a irregularidade nas prestações de contas, poderá a Prefeitura Municipal, tratando-se de falha insanável, rescindir o ajuste e exigir o devido ressarcimento.

Art. 10 - As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais e quaisquer outros comprovantes serem emitidos em nome da entidade prestadora do serviço, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.

§ 1º - Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em arquivos em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo da Prefeitura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão ou entidade prestadora do serviço, relativa ao exercício da concessão.

§ 2º - Na hipótese da entidade prestadora de serviço utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da entidade prestadora do serviço, pelo prazo fixado no parágrafo anterior.

Art. 11 - A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da Prefeitura, com base nos documentos exigidos, conforme decreto de regulamento para prestação de contas, estabelecido pelo Poder Executivo e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa da Prefeitura, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.

§ 1º - A prestação de contas será analisada e avaliada na unidade técnica responsável pelo programa da Prefeitura que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:

I - técnico - quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, podendo o setor competente valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do convênio;

II - financeiro - quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

§ 2º - Aprovada a prestação de contas, o ordenador de despesa da Prefeitura deverá efetuar o devido registro da aprovação da prestação de contas e fará constar do processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação e a encaminhará ao órgão de contabilidade da Prefeitura, o qual examinará, formalmente, a prestação de contas e, constatando a sua legalidade, efetuará o devido registro.

§ 3º - Na hipótese de a prestação de contas não ser aprovadas e exauridas todas as providências cabíveis, o ordenador de despesas da Prefeitura encaminhará o respectivo processo ao órgão de contabilidade, para instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência sob pena de responsabilidade.

§ 4º - O órgão de contabilidade da Prefeitura examinará, formalmente, a prestação de contas e, constatando irregularidades procederá a instauração da Tomada de Contas Especial, após as providências exigidas para a situação, efetuando os registros de sua competência.

§ 5º - Após a providência aludida no parágrafo anterior, o respectivo processo de tomada de Contas especial será encaminhado ao órgão de controle interno da Prefeitura para os exames de auditoria previstos na legislação em vigor e providências subsequentes.



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

§ 6º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, a Prefeitura assinará o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescido de juros e correção monetária, na forma da lei, comunicando o fato ao órgão de controle interno.

§ 7º - Esgotado o prazo, referido no parágrafo anterior, e não cumpridas as exigências, ou ainda, se existirem evidências de irregularidades de que resultem em prejuízo para o erário municipal, a Prefeitura adotará as providências previstas no § 3º deste artigo.

§ 8º - Aplicam-se às disposições dos § 4º, 5º e 6º deste artigo aos casos em que a entidade prestadora do serviço não comprove a aplicação da contrapartida estabelecida no convênio, bem como dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de até cinco dias, regulamentará por Decreto Municipal os procedimentos relativos a Celebração, Execução e Prestação de Contas dos Convênios e instrumentos congêneres no Município de Porteiras.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Porteiras, estado do Ceará, aos (18) dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (2022).


Marcondes Gomes de Lima
Presidente



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

Autografo de Lei nº 013, de 18 de março de 2022.

ANEXO I

TERMO DE FOMENTO nº _____ /2022

Termo de Fomento que entre si formulam o Município de Porteiras, Estado do Ceará, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, e a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, amparado na Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de _____, que autoriza a celebração de termo de fomento com a entidade mencionada, com o fito de repasse de recursos financeiros sob forma de subvenção social para apoio cultural e desportivo de interesse público, que entre si celebram e firmam, de um lado, o(a) _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua _____, nº - _____, bairro _____, nesta cidade de Porteiras, devidamente inscrito no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, Secretário(a) _____, brasileiro(a), _____, _____, portador(a) do CPF nº _____, residente na _____, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e do outro a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, entidade privada, inscrita no CNPJ sob nº 09.324.073/0001-03, com sede na rua Maria Ditoza, s/n, Centro, Porteiras - Ceará, por seu Presidente _____, brasileiro(a), _____, _____, portador(a) do CPF nº _____, residente na _____, adiante denominado de Organização da Sociedade Civil (OSC).

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente termo de fomento a transferência de recursos do Município de Porteiras, através da Secretaria Municipal de _____ para a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, destinados ao apoio das atividades desportivas a serem realizadas e desenvolvidas pela OSC, como forma de incentivo as atividades esportivas, sociais, culturais e de interesse coletivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes, com a celebração do presente termo de fomento, visam o incentivo e inclusão de jovens e adultos à sociedade desportiva, contribuindo, portanto, para proporcionar o lazer, a diversão, a educação e saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Do Modo de Execução – As atividades serão executadas em conformidade com as especificações da Cláusula Primeira e no Plano de Trabalho, devidamente aprovado.



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para as seguintes atividades esportivas:

I – realização do Festival Esportivo em comemoração a emancipação política do município de Porteiras;

II – realização dos campeonatos municipais de futebol da 1ª e 2ª divisão e máster, categoria livre;

III – realização do primeiro desafio de bike no município de Porteiras;

IV – realização de campeonatos municipais de futsal masculino e feminino livre, e sub-13;

V – realizar o campeonato de basquete livre e juvenil;

VI – realizar o segundo MOVIMENTO PORTEIRAS e o primeiro ECOPEDAL;

VII – realizar o campeonato de futebol na zona rural (Ruralzão) masculino e feminino, categoria livre;

VIII – incentivo a Seleção Amadora de Futebol de Porteiras.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente instrumento tem lastro na Lei nº 8.666/93, no art. 116, que rege todas as disposições relativas a convênios, art. 12, § 3º, inciso I, da Lei nº 4.320/64 e a Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de _____.

DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA TERCEIRA – O município obriga-se a:

- a) Transferir para a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a quantia de R\$ 153.900,00 (cento cinquenta e três mil e novecentos reais), conforme cronograma de desembolso: março/2022 – R\$ _____; abril/2022 – R\$ _____; julho/2022 – R\$ _____; outubro/2022 – R\$ _____; novembro/2022 – R\$ _____; e dezembro/2022 – R\$ _____.
- b) Prestar, quando solicitado, orientações técnicas e jurídicas ao Convenente, especificamente quanto a aplicação dos recursos financeiros;
- b) Fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento do Convenente;
- c) Receber, analisar e dar parecer sobre a Prestação de Contas apresentada



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

pela CONVENENTE;

- d) Registrar a CONVENENTE no Cadastro de Inadimplentes, como suspenso pela Administração Municipal e, informar aos Órgãos de Controle Interno e Externo e ao Ministério Público, por motivo de inadimplência, quando comprovado indício de irregularidade na aplicação dos Recursos deste Convênio.

Parágrafo único – Quando das transferências das parcelas é facultado a Concedente solicitar a prestação de contas da parcela imediatamente anterior.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

CLÁUSULA QUARTA – A OSC obriga-se a:

- a) Realizar o objeto do presente termo de fomento segundo as especificações do seu objetivo;
- b) Aplicar os Recursos Financeiros recebidos, exclusivamente, na consecução do objeto deste termo de fomento, não sendo permitido o seu uso para qualquer outro fim;
- c) Responsabilizar-se por todas as obrigações Tributárias porventura aplicáveis ao presente Convênio sejam Federais, Estaduais ou Municipais;
- d) Receber, manter e movimentar, mediante transferência bancária, os Recursos Financeiros repassados pela CONCEDENTE à Conta Específica deste Convênio, aberta exclusivamente para tal finalidade;
- e) Permitir livre acesso à Fiscalização, aos documentos fiscais e contábeis e aos extratos bancários, quando solicitados;
- f) Restituir à CONCEDENTE eventual saldo de recurso que permaneça remanescente à execução do objeto deste termo de fomento, quando da sua não execução, ou não for apresentada no prazo regulado, a Prestação de Contas, acrescidos dos rendimentos decorrentes da aplicação no mercado financeiro;
- g) Aplicar no objeto do termo de fomento os rendimentos das aplicações financeiras;
- h) Responder por todo e qualquer acontecimento que ocorra por força deste Convênio, fazendo-se Única Detentora da Gestão e dos deveres que tenham a ver com o mesmo;
- i) Apresentar Prestação de Contas dos Recursos recebidos, composta dos seguintes elementos: • Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas; • Cópia do Termo de Fomento. • Extrato Bancário da Conta Específica mantida pela OSC, no qual esteja evidenciada a movimentação dos Recursos Repassados até o último dia de sua movimentação; • Original dos comprovantes da despesa (nota fiscal ou recibo), acompanhado de declaração do dirigente da OSC, certificando que o serviço foi realizado ou o material foi recebido; • Relação de todos os documentos de despesas, constando: número e data do documento: espécie do documento; nome do



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

credor; valor e, a final, a soma total das despesas havidas.; • Demonstrativo Financeiro da Aplicação dos Recursos; • Recibo de Depósito dos Repasses efetuados pela Prefeitura à Conta Vinculada; • Documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica de data, na mesma ordem da relação mencionada no item 5 acima; • Os documentos mencionados no item 4, quando em medidas reduzidas – inferiores ao tamanho de papel ofício, deverão ser colados em folhas tamanho ofício; • Os documentos, obrigatoriamente devem ser no original e não devem conter rasuras ou emendas e as datas não poderão ser anteriores à data do recebimento dos recursos repassados pela CONCEDENTE.

j) Não redistribuir os Recursos Repassados a outras Entidades, congêneres ou não;

k) Responsabilizar-se pelos Encargos, Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais decorrentes da realização do objeto do presente Convênio;

l) Não transferir a terceiros, a execução total ou parcial do Objeto deste Termo de Fomento;

m) Utilizar os Recursos Financeiros repassados em razão do presente termo de fomento de forma vinculada aos termos previstos neste instrumento, devendo Prestar Contas obrigatoriamente ao município de Porteiras;

CLÁUSULA QUINTA – Os recursos a serem transferidos para a OSC correrão à conta da dotação orçamentária específica do orçamento vigente municipal, conforme discriminado na CLÁUSULA TERCEIRA.

CLÁUSULA SEXTA – O presente termo de fomento terá vigência até o dia ____/____/____.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente termo de fomento poderá ser alterado por mútuo acordo entre os convenientes, sempre por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento implica em rescisão do termo de fomento, respeitando-se, nesses casos, os direitos até então adquiridos pelas partes, mas poderá ser rescindido, ainda, amigavelmente, desde que precedido de comunicação escrita, com prazo de pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá ainda ser rescindido o termo de fomento quando:

I – por inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou condições, cabendo a iniciativa da parte que se julgar prejudicada;

II – por não mais interessar a uma das partes a continuação dos serviços, devendo tal condição ser denunciada por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias;

III – por superveniência de norma legal que vede ou impossibilite a sua execução.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o foro da Comarca de Porteiras para dirimir as questões que surgirem no curso da Execução do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – E por estarem conscientes no propósito de criar o vínculo jurídico, firmam o presente termo de fomento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Porteiras(CE), ____ de _____ de _____.

Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Concedente

Presidente da Liga Municipal de Esporte de Porteiras
Organização da Sociedade Civil (OSC)

Testemunhas:

- 1) _____
CPF _____
- 2) _____
CPF _____